

LÍDER EM CREDIBILIDADE

# O DIA

Contas públicas

## “Redução de multas vai na contramão da fiscalização”

Subprocurador de Contas do Ministério Público criticou proposta de redução de multas do TCE

**Robert Pedrosa**  
Repórter

O subprocurador de Contas do Ministério Público de Contas do Piauí, Pinheiro Júnior, criticou a proposta da Assembleia Legislativa de reduzir o valor das multas aplicadas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) a gestores públicos. Para ele, a decisão vai na contramão do momento em que vive o País.

“No momento atual, o que se discute é um aumento das sanções para evitar a prática dos ilícitos. Se usarmos o mesmo raciocínio no TCE, não falamos em atenuar as multas. A anistia ou redução vai contramão do endurecimento da fiscalização dos gastos públicos”,

comentou o procurador.

Já o presidente do TCE, conselheiro Luciano Nunes, diz que vai esperar conhecer a proposta para se manifestar, mas parabenizou a Assembleia Legislativa por propor uma audiência pública para discutir o assunto, levando a discussão para a sociedade.

Nunes contou que muitas multas aplicadas a gestores não são pagas, e isso causa transtornos a eles, pois não conseguem certidões negativas por estarem com essas pendências. Ele reconhece que há gestores que deixam o cargo e só são penalizados quando são ex-gestores e muitas vezes não têm como quitar o débito.

A proposta de redução é do deputado Antônio Félix

(PSD). Ele disse a O DIA que recebeu a visita de vários gestores públicos relatando a dificuldade em pagamento de tais multas. Muitos gestores alegam que as multas aplicadas são referentes a falhas formais que não causam prejuízos ao erário, além disso, eles alegam que as dificuldades financeiras enfrentadas pelos órgãos, principalmente as prefeituras, causam automaticamente problemas no exercício financeiro de acordo com a legislação.


Em 2011, a Assembleia Legislativa do Piauí (Alepi) já havia aprovado projeto semelhante. Na época, o projeto, de autoria do deputado Ismar Marques (PSB), reduzia em até 80% o valor das multas aplicadas pelo

Tribunal de Contas do Estado (TCE) a gestores públicos do Piauí nos anos de 2008, 2009, 2010 e 2011.

Na ocasião o projeto foi apelidado de “Bolsa corrupção” por manifestantes contrários, pois estimularia a prática de irregularidades. O TCE também se manifestou contra a proposta, alegando a inconstitucionalidade da lei e que a sanção governamental poderia incentivar a malversação de verbas públicas. Os conselheiros pediram o veto total do projeto.

O movimento Força Tarefa, que faz o combate à corrupção no Piauí, também lançou um manifesto de repúdio à aprovação do projeto, afirmando que “os corruptos com certeza louvaram a iniciativa”.

Divulgação



Pinheiro Júnior avalia que as sanções acontecem para evitar a prática dos ilícitos.



## TCE-PI e MP-PI fazem parceria para fiscalização de obras

Treinamento será realizado pelo TCE-PI com funcionários do MP

Política | Postado em 04/08/2015 às 10h00

Por: Carlos Rocha



A fiscalização das prefeituras do interior vai acontecer agora com uma parceria entre o Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) e o Ministério Público do Piauí (MP-PI). O tribunal está formando pessoas no interior do Estado para possam ajudar os promotores a observar denúncias contra os gestores que estiverem com obras realizadas pelo poder público. A iniciativa, além de integrar os órgãos também deve superar a lidar com as limitações de orçamento que tanto no TCE quanto o MP-PI possuem.

O presidente do TCE-PI, Conselheiro Luciano Nunes, explica que a parceria envolve o treinamento realizado pelo tribunal com funcionários do MP-PI. "Nós assinamos um convênio com o Ministério Público e nós vamos treinar estagiários do Ministério Público e fornecer equipamentos para remunerar estagiários em várias comarcas", explicou Luciano Nunes. De acordo com o presidente do TCE-PI há dificuldades para os promotores no interior pela falta de infra-estrutura que muitas comarcas possuem para trabalhar e que a parceria representa uma oportunidade de superar isso.

"Os promotores tem uma dificuldade de apresentarem porque ficam no interior e não tem estrutura operacional boa. O que estamos tentando fazer é colocar uma pessoa perto do promotor linkada com o promotor de modo que se recebe uma denúncia do interior a gente dá ciência ao promotor de que aquela denúncia chegou e aquela pessoa treinada que são tanto estagiários quanto funcionários", destaca Luciano Nunes. O presidente do TCE-PI ressalta que o entrelaçamento de ações é importante também para garantir a transparência no trabalho dos tribunais de contas.

Luciano Nunes confirma que a parceria é voltada para ampliar as ações dos orçamentos limitados, tanto no TCE-PI quanto no MP-PI. "Se aquela denúncia se configurar consistente e o promotor der ciência que procede a gente desloca a equipe para lá para fazer auditoria. As nossas funções são complementares e ao invés de ter uma baita de uma despesa vamos fazer esse convênio", reforça Luciano Nunes.





Exercício financeiro de 2013 - 04/08/2015 às 17h52

## Em Boqueirão do Piauí TCE pede afastamento de vereadora que coordenava unidade escolar

Curtir

Tweet

+1

Compartilhar



**6 lições para o sucesso**  
Jorge Paulo Lemann



(86) 3233-8038 / 9916-7171 / 9424-1874  
Av. Dom Severino, 2300 - Horto - Teresina-PI

O Tribunal de Contas do Estado publicou apenas agora, em agosto, no seu Diário Online, o julgamento de denúncia contra a prefeitura de Boqueirão do Piauí.

É que a vereadora Maria da Conceição Araújo estava lotada como coordenadora de unidade escolar e precisou ser afastada do segundo cargo após decisão unânime da primeira câmara do TCE-PI.

A denúncia foi juntada, por unanimidade, ao processo de prestação de contas da prefeitura de Boqueirão do Piauí, referente ao exercício financeiro de 2013. Vereadora coordenava unidade escolar em Boqueirão e TCE pede afastamento

Edição: Apoliana Oliveira

Publicado Por: Amanda Araújo



## Rauristênio Bezerra

Flash da Política

### TCE determina que prefeito de Boqueirão do Piauí exonere vereadora do cargo de Coordenadora

O Tribunal de Contas do Estado julgou pela procedência parcial de denúncia de irregularidades na gestão dos recursos públicos do município de Boqueirão do Piauí, na administração do prefeito Valdemir Alves da Silva (Solteiro).

Imagem: reprodução



Prefeito Valdemir Alves da Silva (Solteiro)

De acordo com a decisão, o tribunal determinou que o prefeito desligue imediatamente a vereadora Maria da Conceição Araújo Silva do cargo de Coordenadora de Unidade Escolar.

A denúncia foi formulada por uma Comissão de Vereadores da Câmara Municipal de Boqueirão do Piauí. O conselheiro Jaylson Fabianh Lopes Campelo foi o relator do processo. A decisão foi publicada no diário eletrônico desta terça-feira (04).

**Keywords:** [prefeito](#), [vereadora](#), [denúncia](#), [solteiro](#), [tce-pi](#), [boqueirão do piauí](#)

Escrito por Rauristênio Bezerra em 05/08/2015 às 08h05

Atualizada em 05/08/2015 - 08h05